

UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

PÓS-GRADUAÇÃO
**ADMINISTRAÇÃO
E POLÍTICAS PÚBLICAS**

GUIA DE CURSO 2020 | 2021



*Aprendizagem
ao Longo da Vida*

Coordenador

Fernando Caetano | fernando.caetano@uab.pt

Vice-coordenador

Mário do Carmo | marifcarmo@gmail.com

Contactos para Informações

Unidade para a Aprendizagem ao Longo da Vida [UALV] | alv.info@uab.pt

ÍNDICE

- 1.** Introdução
- 2.** Contexto
- 3.** Enquadramento
- 4.** Público-alvo
- 5.** Pré-requisitos dos formandos
- 6.** Objetivos
- 7.** Competências a desenvolver
- 8.** Estrutura curricular e Planos de estudos
- 9.** Módulo de Integração e Ambientação ao Contexto de *e-Learning*
- 10.** 1.º Semestre: Unidades Curriculares
- 11.** 2.º Semestre: Unidades Curriculares
- 12.** Corpo docente

1. INTRODUÇÃO

Pioneira no ensino superior a distância em Portugal, a **Universidade Aberta (UAb)**, ao longo da sua existência, tem promovido ações relacionadas com a formação superior e a formação contínua, contribuindo igualmente para a divulgação e a expansão da língua e da cultura portuguesas, com especial relevo nos países e comunidades lusófonos.

A UAb tem procurado incentivar a apropriação e a autoconstrução de saberes, concebendo e lecionando cursos de 1.º, 2.º e 3.º ciclos, formando técnicos e docentes, de acordo com uma assumida filosofia de prestação de serviço público.

O ensino a distância é uma modalidade de ensino-aprendizagem que nasceu no final do século XIX, que a rápida evolução das telecomunicações e da informática veio alterar radicalmente, acrescentando novas e importantes potencialidades que fazem dele o regime de ensino do futuro.

A atual expansão da Internet e da *Word Wide Web* (WWW) e o desenvolvimento ainda mais recente dos programas informáticos de gestão do ensino-aprendizagem vieram, de facto, modificar o panorama do ensino a distância, permitindo a criação de espaços virtuais de ensino com designações diversas (centro de ensino virtual, escola virtual, etc.), onde a palavra «virtual» apenas significa que esses espaços não têm implantação e realidade físicas palpáveis.

Os docentes e investigadores da UAb têm desenvolvido atividades de investigação científica através da utilização das tecnologias da informação e da comunicação, concebendo e produzindo materiais pedagógicos nas áreas da tecnologia do ensino e da formação a distância e da comunicação educacional multimédia.

A oferta de ações de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) da Universidade Aberta é também suportada na Internet e recorre à plataforma informática Moodle, sendo desenvolvida em regime de ensino a distância online, assíncrono, com tutoria ativa e permanente, através de fóruns de discussão.

É no espaço virtual de formação/aprendizagem da UAb que se vai desenvolver o curso de pós-graduação em Administração e Políticas Públicas, o qual a seguir se apresenta com maior detalhe.

2. CONTEXTO

O setor público é um agente responsável e mobilizador das profundas reformas indispensáveis que o atual contexto nacional e comunitário imprime em todas as instituições do Estado, ao nível dos valores, do conhecimento técnico e da capacidade inovadora, através da adoção de instrumentos e técnicas de gestão capazes de promover a mudança.

A sociedade do conhecimento trouxe consigo a velocidade do tempo real, com amplas possibilidades de controlo, armazenamento e liberação de acesso a múltiplos conjuntos de informações. Cada vez mais, essas possibilidades tornaram-se em vetores fundamentais para a definição da produtividade das economias nacionais e a informação configurou-se como o principal ativo das empresas e países na sua busca por maior competitividade.

Os últimos anos marcaram também a alteração das estruturas administrativas. Várias têm sido as reformas que afetaram a forma como o interesse público é prosseguido pela Administração. Essas reformas foram influenciadas por modelos de administração supranacionais com o desígnio de tornar a Administração (e o próprio Estado) mais eficientes.

Não só em Portugal, mas também nos diferentes países onde foram implementadas, nem sempre os resultados dessas reformas foram os esperados. Demonstram os tempos correntes, já depois da implementação de diversas políticas tendentes à reforma do Estado e da Administração, que continua a ser hoje um problema a questão do financiamento das políticas públicas que visam promover a prossecução do interesse público.

A atual crise veio demonstrar que esses modelos, bem ou mal implementados, têm falhado muitas vezes na construção de um sistema estatal capaz de apoiar melhor o cidadão. Contrariamente ao que se perspetivava, assistiu-se a uma maior necessidade de o Estado intervir na economia e financiar atividades privadas.

A modernização da Administração Pública só conseguirá atingir os seus objetivos através da formação/valorização profissional, como primeiro estímulo de renovação, absorvendo conhecimentos, competências, atitudes e comportamentos dos seus colaboradores. É fundamental formar e atualizar os recursos humanos, dotá-los de competências, para que sejam agentes facilitadores da mudança necessária.

Importa, pois, compreender, no contexto da presente pós-graduação, a evolução dos modelos de Estado e Administração, as suas configurações e estruturas, bem como os instrumentos de gestão e responsabilização no âmbito do desenho, implementação e avaliação das políticas públicas, procurando identificar os fatores críticos do sucesso e insucesso das reformas atendendo aos seus pressupostos e objetivos.

Acresce, ainda, que o avanço das democracias contemporâneas exige hoje do Estado e da Administração uma nova postura que permita uma maior abertura e participação dos cidadãos e da sociedade na definição e gestão das políticas.

Assim, esta pós-graduação, vocacionada para a gestão de entidades públicas, pretende apresentar as reformas e os modelos de administração pública como resposta às carências de qualificação e atualização de recursos humanos.

Visa dar uma formação mais especializada, imbuída de uma cultura capacitada e, sobretudo, acolher as exigências do atual contexto, designadamente ao nível da cidadania ativa, na construção, implementação e avaliação eficazes das políticas públicas

3. ENQUADRAMENTO

O curso de pós-graduação em **Administração e Políticas Públicas** é uma iniciativa da Universidade Aberta (UAb) que se justifica por três razões principais:

- a renovação recente em curso dos desafios e das abordagens científicas, técnicas e políticas neste domínio do conhecimento e de intervenção;
- o facto de o curso dispor de um núcleo de investigadores de reconhecida competência científica e técnica nesta área, testemunhado nas atividades de investigação e de intervenção profissional que desenvolveram nas últimas décadas neste domínio;
- a adequação do espaço virtual e de metodologias de formação/aprendizagem da UAb a um curso de pós-graduação num domínio cujo público-alvo é, necessariamente, constituído por profissionais atuantes em diversos territórios, geograficamente distantes.

4. PÚBLICO-ALVO

Dirigentes, técnicos superiores da administração pública e outras pessoas, candidatas a cargos públicos, especialmente interessadas nestas áreas do conhecimento e de intervenção.

5. PRÉ-REQUISITOS DOS FORMANDOS

Fatores de frequência no âmbito deste curso

A motivação dos formandos para interagir com os formadores na colocação de questões ou dúvidas sobre as matérias; a sua disponibilidade de tempo para trabalharem os conteúdos e elaborarem todas as atividades sugeridas, bem como as autoavaliações propostas. Cumulativamente, os formandos devem possuir:

- habilitações ao nível de licenciatura, bacharelato ou experiência profissional considerada relevante;
- conhecimentos e prática de informática como utilizadores, em ambiente Windows;
- conta de correio eletrónico ativa e alguma prática na sua utilização;
- disponibilidade de cerca de 12-15 horas/ semana para participação nos fóruns de discussão; e realização de estudo individual dos conteúdos disponibilizados online ou em CD-ROM;
- cumprimento das tarefas determinadas e elaboração das autoavaliações e avaliações formativas e sumativas.

6. OBJETIVOS

Nesta Pós-Graduação pretende-se:

- capacitar dirigentes, técnicos superiores e outros trabalhadores da administração central e local para responderem aos novos desafios que se colocam, nomeadamente saber compatibilizar a gestão sustentável dos recursos humanos e a mitigação e adaptação aos novos conceitos de modernização e reforma administrativa;
- proporcionar um conhecimento abrangente e compreensivo dos fatores socioeconómicos de transformação da reforma e modernização da administração

pública, no contexto das dinâmicas territoriais globais das regiões em que se inserem, propiciando aos profissionais um perfil crítico e inovador para atuarem em questões relativas ao exercício de uma cidadania ativa;

- concretizar uma formação profissionalizante, proporcionando aos formandos a aquisição de metodologias ligadas à formulação, planeamento, gestão, acompanhamento e avaliação de programas e projetos de administração pública;
- capacitar os formandos para a elaboração de projetos de investigação aplicada e de relatórios técnicos de natureza extensiva ou monográficos.

7. COMPETÊNCIAS A DESENVOLVER

No final da pós-graduação, os formandos devem ter adquirido conhecimentos e desenvolvido capacidades que os habilitem a:

- conhecer os conceitos básicos de administração e de políticas públicas no contexto da União Europeia e da Globalização, compreendendo a evolução destas últimas;
- identificar e utilizar metodologias de planeamento necessárias ao diagnóstico dos diversos modelos de administração supranacionais, mobilizando os conhecimentos e os instrumentos metodológicos necessários ao estudo multidisciplinar da administração pública;
- produzir análises estratégicas da Sociedade e Administração Pública;
- identificar e utilizar as teorias e paradigmas das Ciências da Administração;
- conhecer o Regime Jurídico na Administração Pública;
- compreender a Gestão de Recursos Humanos e o Comportamento Organizacional;
- conhecer a organização do Estado e os processos de tomada de decisão;
- conhecer as Finanças e Contabilidade Pública;
- compreender a Reforma e Modernização Administrativa em Portugal, fundamentando as opções entre as diversas possíveis óticas, técnicas e métodos analíticos.

8. ESTRUTURA CURRICULAR E PLANOS DE ESTUDOS

1.º SEMESTRE		
UNIDADES CURRICULARES	HORAS	ECTS
Políticas Públicas, Instituições e Partidos 1.º Módulo: Políticas Públicas [50h, 1,5ECTS] 2.º Módulo: Instituições e Partidos [60h, 3ECTS]	110	4,5
<i>New Public Management</i> e Modelos de Gestão	85	3
Regime Jurídico da Administração Pública Portuguesa	85	3
Políticas Públicas de Governação, Democracia e Globalização	110	4,5
Total	390	15
2.º SEMESTRE		
UNIDADES CURRICULARES	HORAS	ECTS
Ética, Deontologia e Políticas Públicas de Gestão de Carreira e Emprego Públicos 1.º Módulo: Ética e Deontologia na AP [35h, 1ECTS] 2.º Módulo: Gestão de Carreira e Emprego Públicos [50h, 2ECTS]	85	3
Finanças Públicas e Contabilidade Pública	110	4,5
Gestão de Serviços Públicos, Compras e Contratação Públicas	110	4,5
Economia e Políticas Públicas	85	3
Total	390	15

A Pós-graduação em **Administração e Políticas Públicas** (30 ECTS) está estruturada em dois semestres letivos com 8 unidades curriculares (UC), todas obrigatórias, precedidas do módulo **Integração e Ambientação ao Contexto de e-Learning**, com os conteúdos específicos que a seguir se indicam.

9. MÓDULO DE INTEGRAÇÃO E AMBIENTAÇÃO AO CONTEXTO DE E-LEARNING (16 horas)

Formador: UALV

Sinopse:

O módulo de Integração e Ambientação ao Contexto do E-learning tem como objetivos a socialização dos participantes e a criação de “um grupo” de trabalho para familiarização

com a utilização do software de gestão do curso, de forma a se adquirirem as competências necessárias à exploração eficaz de todas as suas funcionalidades de intercomunicação, em especial as assíncronas, necessárias à frequência do curso. Neste módulo será explicada e treinada a forma como pesquisar “depressa e bem” informação na Web e será pedido aos participantes a procura (na Web) de informação relevante sobre os temas que constituem as matérias do curso. Os estudantes que já realizaram outras formações na Universidade Aberta ficam dispensados da frequência deste módulo.

10. 1.º SEMESTRE: UNIDADES CURRICULARES

POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES E PARTIDOS [110 H | 4,5 ECTS]

Formador: Sandra Cunha

Sinopse:

Pretende-se que o estudante adquira competências para uma análise do fenómeno político; uma reflexão crítica sobre o papel das instituições políticas e dos partidos no que se refere à qualidade da democracia no processo de políticas públicas.

Competências:

Conhecer e debater criticamente as principais perspetivas teóricas e modelos de análise em políticas públicas e a sua aplicação ao domínio das políticas sociais e, ainda, reconhecer e analisar as várias instituições e partidos políticos importantes para a qualidade da democracia.

Conteúdos:

Políticas Públicas (50 h / 1,5ECTS)

Estudo das Políticas Públicas e categorias de Políticas Públicas

Decisores políticos e formação das Políticas

Implementação, impacto e avaliação de políticas públicas

Instituições e Partidos (60 h/ 3ECTS)

O papel das Instituições na política e na democracia

Os sistemas eleitorais e tipos de regime comparados

Os sistemas partidários e as funções dos partidos

Sistemas partidários e qualidade da democracia

Bibliografia:

Budge, Ian, Hans Dieter-Klingemann, Andrea Volkens, Judith Bara & Eric Tanenbaum (2001). *Mapping Policy Preferences. Estimates for Parties, Electors and Governments 1945-1998*. Oxford: Oxford University Press.

- Cruz, M. B. (1991). *Instituições Políticas e Processos Sociais*. Lisboa: Bizâncio.
- Goodin, R., e Klingemann, H.-D., (1998). *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, (vários capítulos).
- Jalali, C. (2007). *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lijphart, A. (1989). *As democracias contemporâneas*. Lisboa: Gradiva.
- Lijphart, A. (2006). *Electoral systems and party systems: a study of twenty-seven democracies, 1945-1990*. Oxford: Oxford University Press.
- Lijphart, A. (2008). *Thinking about democracy: power sharing and majority rule in theory and practice*. Routledge.
- Lopes, Fernando Farelo & Freire, André (2000). *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais: Uma Introdução*. Lisboa: Celta.
- Mair, Peter, Wolfgang C Muller, Fritz Plasser, orgs. (2004). *Political parties and electoral change: Party Responses to Electoral Markets*. Sage.

NEW PUBLIC MANAGEMENT E MODELOS DE GESTÃO [85 H | 3ECTS] **Formador: Pedro Nunes**

Sinopse:

O surgimento do Estado Social fez com que as exigências e pressões do cidadão para com o Estado e Administração aumentassem constantemente ao longo das últimas décadas, exigindo-se cada vez melhores serviços públicos.

Por esta razão, mas também devido à escassez de recursos, a reforma e a modernização administrativa tem sido uma preocupação constante de sucessivos governos, nacionais e internacionais.

Estes dois conceitos (Reforma e Modernização) têm sido, erradamente, apresentados como sinónimos (Caiden, 1969) pelo que importa, neste módulo, clarificá-los no âmbito da evolução dos modelos de Administração, em particular no âmbito do modelo Burocrático, da Teoria da Escolha Pública (Downs, 1957), do New Public Management (Hood, 1991) e do New Public Service (Denhardt, 2003).

Com esta unidade curricular pretende-se contextualizar as opções de reforma administrativa, no espaço e no tempo, e promover a adoção de medidas que fomentem a modernização da administração pública portuguesa atendendo, por um lado, à sua realidade específica e, por outro, ao desenvolvimento das democracias contemporâneas que dão particular relevo a uma cidadania mais ativa e participativa na resposta às necessidades sentidas coletivamente.

Competências:

Compreender a evolução, no tempo e no espaço, dos modelos de Administração Pública;
Compreender as reformas da Administração Pública e os seus fundamentos;
Intervir ativamente na modernização administrativa de serviços públicos;
Adequar a prestação de serviços públicos às exigências das democracias contemporâneas;
Apreciar, de forma crítica, o desenvolvimento e aplicação dos conceitos de cidadania ativa e participação pública nas diferentes tipologias de Administração.

Conteúdos:

Introdução ao estudo da Gestão Pública
Conceito de Organização Administrativa
Gestão Pública e Gestão Privada
Movimentos Pré e Pós-burocráticos
A relação entre Políticos e Burocratas
Reforma da Administração Pública e Reforma do Estado
A Nova Gestão Pública e os pós movimentos
As diferentes correntes da Nova Gestão Pública
A Nova Gestão Pública
Os movimentos pós Nova Gestão Pública
O *Governance*
O Novo Serviço Público

Bibliografia:

BILHIM, João (2010). *Ciência da Administração*. Universidade Aberta, 300p.
FERRAZ, David & MADUREIRA, César (2010). *As configurações Político-Administrativas e a Seleção de dirigentes: o caso da administração pública portuguesa*. Sociologia, Problemas e Práticas. ISCTE-IUL.
MADUREIRA, César e ASENSIO, Maria (orgs.) (2013), *Handbook de Administração Pública*. INA Editora.
MOZZICAFREDDO, Juan & Gomes, João Salis (orgs.) (2011). *Projectos de Inovação na Gestão Pública*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 443p.
NUNES, Pedro (2004). *Organização e Gestão Pública*. Ed. Instituto Politécnico Cávado e do Ave, volume I.
SECCHI, Leonardo (2009). *Modelos organizacionais e reformas da administração pública – RAP*, 43(2):347-69, Mar./Abr.

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA [85 H | 3ECTS]

Formador: José Fontes

Sinopse:

Estudo aprofundado sobre alguns aspetos fundamentais do regime jurídico da Administração Pública.

Competências:

Aquisição de conhecimento sobre o regime jurídico da Administração Pública portuguesa.

Conteúdos:

A Carta Ética da Administração Pública e o Código do Procedimento Administrativo

A Organização da Administração Pública

A atividade da Administração Pública

As garantias dos particulares

Bibliografia:

Fontes, José (2007). *Curso Sobre o Código do Procedimento Administrativo*. Coimbra: Almedina. 7.ª Edição.

Amaral, Diogo Freitas do. *Curso de Direito Administrativo*. Coimbra: Almedina.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GOVERNAÇÃO, DEMOCRACIA E GLOBALIZAÇÃO [110H | 4,5 ECTS]

Formador: Mário do Carmo

Sinopse:

Com esta unidade curricular pretende-se capacitar os alunos para a compreensão e análise da problemática da construção europeia, no atual contexto de globalização e, em particular, sobre os desafios e a procura de soluções no âmbito da missão da administração pública portuguesa.

As políticas públicas devem ser entendidas como sistema de atuações sobre a sociedade, a economia e a cultura e ocasionar um entendimento da Democracia no Séc. XXI através da discussão crítica das formas alternativas de se pensarem as tendências de globalização e de instâncias, desafios e temas da atualidade.

A questão da presença ou da ausência de fronteiras e as suas delimitações tradicionais que constituíam fatores determinantes na soberania das nações, deve ser reconsiderada no atual contexto, na sociedade digital de conhecimento em que vivemos e, nomeadamente, após a pandemia.

A União Europeia é um projeto de construção para a integração económica, social e política de países europeus que se procuram afirmar, em conjunto, face ao processo de globalização, mas que, simultaneamente é influenciado pela dinâmica desse processo. Exemplo disso é a atual crise financeira e a resposta política que está a ser posta em prática. No caso de Portugal, a resposta política à crise está a exercer uma enorme pressão sobre a administração pública, fazendo realçar quer as suas ineficiências e ineficácias, quer a importância da administração pública na resolução dos problemas que enfrenta o Estado e toda a sociedade.

Competências:

Com esta unidade curricular pretende-se capacitar os alunos para a compreensão e análise dos seguintes temas:

- compreender as políticas públicas e da democracia;
- identificar os desafios que se colocam à administração pública portuguesa;
- definir os grandes eixos de atuação a desenvolver pela administração pública portuguesa;
- conhecer as principais dinâmicas e teorias associadas ao processo de globalização – aspetos positivos e negativos;
- compreender diferentes conceitos como Estado e globalização;
- analisar as opções de construção da União Europeia, no atual contexto de globalização.

Conteúdos:

As políticas públicas como sistema de atuações sobre a sociedade, a economia e a cultura

Administração Pública: problemas e desafios

Génese e desenvolvimento do processo de globalização

Os pilares de construção da União Europeia

Impactos positivos e negativos do processo de globalização sobre o projeto de construção da União Europeia

A Administração Pública Portuguesa: pontos fortes e fracos face às ameaças e oportunidades geradas pelo processo de globalização e pelas opções políticas de construção da União Europeia

Competências a desenvolver na Administração Pública Portuguesa

Bibliografia:

Azevedo, Maria Eduarda (1999). *Renovar a Aposta Europeia, Registo na Viragem do Século*. Quetzal Editora.

BAIÃO, Sandra (2011). *A Matriz do Poder, Uma visão analítica da Globalização e da Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo*. Lisboa: MGI, 471p.

DUPAS, Gilberto (1999). *Economia Global e Exclusão Social*. Paz e Terra.

EUROPEAN COMMISSION (2010). *Europe 2020 – A European Strategy for Smart, Sustainable and Inclusive Growth*, COM 2020, Brussels, 3.3.

JOGERSEN, Knud Erik et al. (editors), (2007). *Handbook of Union Politics*. SAGE Publications; Part III and IV.

MOREIRA, José Manuel et al. (coordenação), (2008). *Estado, Sociedade Civil e Administração Pública*. Edições Almedina.

REBELO, Glória (2010). *Trabalho e Emprego, Actualidade Prospectiva*. Edições Sílabo.

SANTOS, B. S. (2005). “A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna”. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 72: 7-44.

TEIXEIRA, C. P. (2018). *Qualidade da democracia em Portugal*. Lisboa: FFMS.

11. 2.º SEMESTRE: UNIDADES CURRICULARES

ÉTICA, DEONTOLOGIA E POLITICAS PÚBLICAS DE GESTÃO DE CARREIRA E EMPREGO PÚBLICOS [85H | 3ECTS]

Formador: Mário do Carmo e Pedro Nunes

1.º Módulo: Ética e Deontologia na Administração Pública [35H | 1ECTS]

Apreensão de conceitos e princípios associados à área da Ética e deontologia pública, nomeadamente, a compreensão das responsabilidades éticas e morais associadas às profissões na Administração Pública.

Competências:

Pretende-se que os estudantes possam entender e aplicar princípios éticos e deontológicos na resolução e análise de problemas ou dilemas éticos, assim como compreender o conteúdo e a importância da carta ética de serviço público.

Conteúdos:

Noções gerais sobre a ética

A cultura baseada em valores éticos

Teorias normativas e teorias prescritivas contemporâneas

A Ética na Administração Pública

O papel e responsabilidades das pessoas nas organizações

Os Códigos de Conduta, de corporate governance e a Carta Ética da Administração Pública

Bibliografia:

Boatright, J. (2012). *Ethics and the Conduct of Business*, 7th ed., Prentice Hall.

Caputi, M.C. (2000). *A Ética Pública*. Buenos Aires: Depalma.

Duska, D., Duska, B., e Ragatz, J. (2011). *Accounting Ethics*. Wiley-Blackwell. 2nd edition.

Rego, A; Cunha, M.; Costa, N.; Gonçalves, H. e Cardoso, C. (2006). *Gestão ética e socialmente responsável*. Lisboa: Editora RH.

Seiichi, Kondo et al (2002). *Transparência e Responsabilização no Sector Público, fazendo acontecer*. Brasília: MP, SEGES.

Soares, L.M. (2008). *A Ética na Administração Pública*. Lisboa: ISCSP.

2.º MÓDULO: GESTÃO DE CARREIRA E EMPREGO PÚBLICOS [50 H | 2ECTS]

Identificar diferentes conceitos e a natureza do sistema de emprego, função pública e emprego público;

Identificar os vários sistemas de emprego público;

Competências:

Relacionar os vários sistemas de emprego público atuais e as suas características principais;

Aplicar e adequar os conceitos às leituras orientadas.

Conteúdos:

Introdução: Reformas no Emprego Público.

Definição e conceito de Serviço Público, Função Pública e Emprego Público.

Natureza do funcionalismo público.

Sistemas de emprego público *versus* modelos de administração pública.

Os sistemas de emprego público.

O significado do sistema de emprego público no século XXI. Representação dos modelos de emprego público *versus* flexibilidade e segurança.

Valores essenciais ao serviço público.

Modelos de Serviços Públicos nos sistemas de emprego público.

Breves considerações à conceptualização e significado dos conceitos cidadão/cliente/utente.

Interesse Público *versus* Emprego Público.

Serviço Público (Sector Público) e Serviço Privado (Sector Privado).

Bibliografia:

ADOMONIS, Vidmantas (2008). *Structural Elements of a Law on Civil Service, Trends and Fundamental Choices*. Support for Improvement in Governance and Management, SIGMA, Workshop on Building a Professional Civil Service in Kosovo, Pristina, 26-27 June 2008.

BEKKE, Hans A. G. M., PERRY, James L. and TOONEN, Theo A. J. (1996). *Introduction: Conceptualizing Civil Service Systems*. In ed. Bekke, Hans A. G. M., James L. Perry and Theo A. J. Toonen. *Civil Service Systems in Comparative Perspective*. Bloomington: Indiana University Press.

BOURGON, J. (2008). *The Public Service of 2025 - Themes, Challenges and Trends: Human Resources Management Trends in OECD Countries*, 23 August, 2008, Quebec City.

CARDONA, F. (2000). *Scope of Civil Services in European Countries, Trends and Developments*. Seminar at the European Institute of Public Administration, Maastricht, SIGMA, Support for Improvement in Governance and Management in Central and Eastern European Countries.

DENHARDT, R. B. and J. V. DENHARDT (2000). *The new public service: serving rather than steering*. *Public Administration Review*. Washington. 60(6), pp. 549-559.

KUPERUS, Herma and RODE, Anita (2009). *Flexicurity Approach and Restructuring: Part of Strategic Management in Public Administrations in Europe?* EGPA paper 2009: Flexicurity and strategic management in public administrations in Europe.

KUPERUS, Herma and RODE, Anita (2010). *More efficient civil services in times of economic recession and beyond: can a flexicurity approach help?* European Institute of Public Administration, EIPASCOPE, www.eipa.eu.

OCDE (2001). *Public Sector - An Employer of Choice?* Report on the Competitive Public Employer Project. Paris, OCDE - Public Management Service.

PARRADO, Salvador (1996). *Controlling the Access to the Spanish Summit (1938-1993)*. Paper presented at the Groupe de Travail, Histoire de L'Administration, International Institute of Administrative Sciences, ref. Doc. 66-1996, 24-25 March.

POLLITT, Christopher and BOUCKAERT, Geert (2004). *Public management reform. A Comparative Analysis*. Oxford: Oxford University Press.

SHERGOLD, P. (2000). *Public Service Classification 2000*. Secretary of the Department of Employment, Workplace Relations and Small Business. Australia.

THOMAS, Barry (2001). *The Public Employment Service in a Changing Labour Market*. International Journal of Public Sector Management. Volume: 14 Issue: 6.

FINANÇAS PÚBLICAS E CONTABILIDADE PÚBLICA [110H | 4,5ECTS] **Formador: Vasco Leite**

Sinopse:

O fornecimento de bens e serviços públicos deve assentar num quadro de sustentabilidade das finanças públicas, que envolve dimensões como a solvência, o crescimento económico, a estabilidade e a equidade.

No contexto da garantia da sustentabilidade das finanças públicas, o modo como é estruturado o processo orçamental assume especial relevância, tendo Portugal dado alguns passos nesta área, em conformidade com as orientações da União Europeia.

A natureza das entidades do setor público e o ambiente em que operam têm implicações nos conceitos que subjazem à estruturação da contabilidade pública. No setor público, o relato financeiro tem como principal objetivo fornecer informação para efeitos de accountability e tomada de decisão, tendo em conta que não é o retorno para os investidores que constitui o objeto primário deste setor, sem, contudo, serem menosprezadas as questões de sustentabilidade financeira, plasmadas em soluções como a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Nesse sentido, a medição do desempenho deste setor tem de ser focada no alcance dos objetivos em termos de serviço a prestar aos cidadãos em função dos recursos disponíveis, obtidos normalmente através de contribuições involuntárias dos cidadãos, como é o caso do pagamento de impostos. A União Europeia, preocupada com questões de fiabilidade e comparabilidade da informação, iniciou um processo de harmonização dos princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor público não mercantil, tendo em consideração as normas internacionais de contabilidade para o setor público.

Competências:

Relacionar conceito como Finanças Públicas e dimensões de sustentabilidade;

Conhecer o processo orçamental, a sua formulação, planeamento plurianual até à prestação de contas;

Aprender os pilares em que assenta a normalização contabilística pública;

Compreender os conceitos fundamentais e a aplicação às entidades públicas da contabilidade pública;

Conhecer, através de ilustrações e estudos de caso, o conteúdo do Plano Oficial de Contabilidade Pública, a sua aplicação à especificidade dos serviços públicos e dos métodos e técnicas necessárias para a elaboração, interpretação e análise das demonstrações financeiras;

Conhecer o regime de prestação de contas ao Tribunal de Contas e demais entidades públicas;

Conhecer os desenvolvimentos da contabilidade pública a nível internacional.

Conteúdos:

Finanças Públicas

O Processo Orçamental

A Contabilidade Pública

Desenvolvimentos Internacionais na Contabilidade Pública

Bibliografia:

Cabral, N. C. (2010). “O Princípio da Sustentabilidade e sua Relevância nas Finanças Públicas”, *in Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha*, Almedina.

Caiado, A. P., J. B. C. Carvalho e O. C. P. Silveira (2007). *Contabilidade Pública – Casos Práticos*. Áreas Editora.

Caiado, A.P. e A. C. Pinto (2002). *Manual do Plano Oficial de Contabilidade Pública*, 2.^a Edição, Áreas Editora.

Catarino, J. R. (2011). *Princípios de Finanças Públicas*. Almedina.

Comissão para a Orçamentação por Programas (2008). *Relatório Final para a Orçamentação por Programas*.

European Commission (2013). *Towards implementing harmonised public sector accounting standards in Member States – The suitability of IPSAS for the Member States*.

Freitas Rocha, N. Gomes e H. Silva (2012). *Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso*. Coimbra Editora.

International Monetary Fund (2009). *A Basic Model of Performance-Based Budgeting*.

International Public Sector Accounting Standards Board (2011). *Reporting on the Long-Term Sustainability of a Public Sector Entity’s Finances – Proposed Recommended Practice Guideline*.

Ministério das Finanças e da Administração Pública (2010). *Revisão da Lei de Enquadramento Orçamental – Relatório do Grupo de Trabalho nomeado pelo Despacho n.º 8065/2010, de 30 de abril, do Ministro de Estado e das Finanças.*

OCDE (2008). *Performance Budgeting: A Users' Guide.*

OCDE (2007). *Performance Budgeting in OECD Countries.*

Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (2008). *Contabilidade Pública – formação segmentada.*

Pinto, A. C. e P. G. Santos (2005). *Gestão Orçamental Pública.* Publisher Team.

Public Audit Forum (2002). *The Whole Truth: Or Why Accruals Accounting Means Better Management.*

Relatório do Orçamento do Estado para 2013. pp. 215-255.

Ribeiro, J. T. (1997). *Lições de Finanças Públicas*, 5.ª Edição. Coimbra Editora.

Rua, S. C. (2006). “Os princípios contabilísticos dos planos públicos – Análise comparativa do POCP português e do PGCP espanhol”, *Revista de Estudos Politécnicos*, Vol. 3, n.ºs 5/6, pp. 175-199.

Tavares, J. F. (2010). “Alguns Aspectos Estruturais das Finanças Públicas na Actualidade”, *in Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha.* Almedina.

Legislação e regulamentação:

Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho

Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro

Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro

Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro

Lei n.º 91/2001, de 21 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro

Lei n.º 98/97, de 26 de agosto

Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho

Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

Tribunal de Contas, Instrução n.º 1/2004 – 2.ª Secção, publicada na 2.ª Série do Diário da República de 2004-02-14.

GESTÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, COMPRAS E CONTRATAÇÃO PÚBLICAS [110H | 4,5ECTS]

Formador: Isabel Ferreira

Sinopse:

A Gestão de Serviços pretende desenvolver competências essenciais a futuros gestores de serviços públicos, numa ótica de melhoria na conceção e na gestão de processos

e operações em serviços, assim como no domínio do marketing. Pretende salientar a importância da relação entre as áreas das operações e marketing, numa perspetiva integrada de melhoria contínua dos serviços, onde a qualidade se apresenta como cultura de gestão, onde se incluem as compras e contratação públicas.

Competências:

Pretende-se que os estudantes sejam capazes de adquirir ferramentas que lhes permitam saber gerir os serviços públicos face aos novos desafios do digital, quer no âmbito das operações e serviços, quer no âmbito da aquisição de competências em compras e contratação públicas. Neste último tema pretende-se que o estudante seja capaz de manusear e utilizar os procedimentos em contratação e compras públicas face às diretivas comunitárias e de regulação nacional.

Conteúdos:

Gestão de Serviços:

1. O papel dos serviços na economia
2. Os serviços: conceito, natureza e classificação
3. Gestão de serviços
4. Gestão das operações de serviços
5. Gestão da procura em serviços, marketing e satisfação dos clientes
6. Gestão da qualidade em serviços
7. Desafios e ferramentas de apoio à gestão e melhoria contínua.

Compras e Contratação Públicas:

Plano Nacional das diretivas comunitárias:

1. Enquadramento
2. Principais mudanças na fase pré-contratual.

Aplicação do Código dos Contratos Públicos: Âmbito e objetivo. Sectores especiais.

Contratação Pública: Tipos e escolhas de procedimentos Escolha do procedimento e valor do contrato

Capítulo: Escolha do procedimento em função de critérios materiais. Formação do contrato: Anúncios pré-procedimentais, início do procedimento de formação do contrato, Peças do procedimento de formação de contratos, regras de participação, Proposta, Júri do procedimento.

Ajuste Direto; Concurso Público; Concurso Público urgente; Concurso limitado por prévia qualificação; Procedimento de Negociação e por diálogo concorrencial.

Bibliografia:

- Carapeto, C. e Fonseca, F. (2006). *Administração Pública - Modernização, Qualidade e Inovação*. Sílabo: Lisboa.
- Corrêa, H. e Coan, M. (2002). *Gestão de Serviços*. Editora Atlas: São Paulo.
- Doherty, T. e Horne, T. (2008). *Managing Public Services - Implementing Changes*. Routledge: NY.
- Ferreira, Isabel; Cunha, Sandra (2010). *Manual Prático de Contratação Pública*. Áreas Editora.
- Fitzsimmons, J. e Fitzsimmons, M. (2000). *Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologias de informação*. Bookman: Porto Alegre.
- Grönroos, C. (2007). *Service Management and Marketing*. John Wiley & Sons: Chichester.
- Johnston, R. e Clarck, G. (2002). *Administração de Operações de Serviços*. Editora Atlas: São Paulo.
- Kotler, P. e Lee, N. (2007). *Marketing in the Public Sector - A Roadmap for Improved Performance*. Wharton School Publishing: NJ.
- Osborne, S. e Brown, K. (2005). *Managing Change and Innovation in Public Services Organizations*. Routledge.
- Pinto, S. S. (2003). *Gestão dos Serviços: A Avaliação da Qualidade*. Verbo: Lisboa.
- Rocha, J. (2006). *Gestão da Qualidade. Aplicação aos Serviços Públicos*. Escolar Editora: Lisboa.

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS [85H | 3ECTS]**Formador: Cândida Machado****Sinopse:**

Reforçar a ligação entre a teoria e a prática das políticas públicas. Transmitir aos estudantes os assuntos mais importantes de especialistas e académicos em áreas diferenciadas das políticas públicas, permitindo-lhes identificar problemas socialmente pertinentes nas áreas das políticas públicas e que influenciam economia.

Competências:

Pretende-se que os estudantes sejam capazes de conhecer as principais problemáticas acerca da natureza e das funções de intervenção do Estado na economia e suas implicações ao nível da formulação de políticas públicas.

Conteúdos:

Conceções de Estado na teoria económica e social

Estado na perspetiva da economia política clássica
Fundamentos para a intervenção do Estado numa “economia mista”
Fundamentos microeconómicos: A Economia do Bem-Estar
Fundamentos macroeconómicos: o keynesianismo
Das “falhas de mercado” às “falhas de governo”
Motivações, incentivos e políticas públicas
Comportamento e políticas públicas

Bibliografia:

Economic Institutions, Princeton University Press: Princeton e Oxford, Caps. 3, 4 e 5.
Chang, Ha Joon (2002). *Breaking the mould: an institutionalist political economy alternative to the neo liberal theory of the market and the state*. Cambridge Journal of Economics, 26: 539-559.
Frohlich, Norman e Oppenheimer, Joe (2003). *Optimal Policies and Socially Oriented Behavior: Some Problematic Effects of an Incentive Compatible Device*. Public Choice, vol. 117, n.º 3-4: 273-293.
Gneezy e Rustichini (2000). *Pay Enough or Don't Pay at All*, *The Quarterly Journal of Economics*. August: 791-810.
Hardin, Garret (1968). *The Tragedy of the Commons*, *Science*, 162:1243-1248.
Wolff, Jonathan (1996). *Introdução à Filosofia Política*. Gradiva: Lisboa, Cap. 4.

12. CORPO DOCENTE

Fernando Caetano [Coordenador]

Docente da Universidade Aberta (UAb), é doutorado (2006) e mestre (1996) em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa e licenciado (1990) em Química Tecnológica, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Portugal. É atualmente Diretor da Unidade para a Aprendizagem ao Longo da Vida da Universidade Aberta e é membro do Conselho de Gestão da UAb. Exerceu também cargos de Vice-presidente do Conselho Científico da UAb, Diretor do Departamento de Ciências e Tecnologias (DCeT), foi membro do Conselho Geral, coordenador de cursos de 1.º ciclo e pós-graduação, entre outros desempenhos na Universidade Aberta. É membro integrado do Centro de Química Estrutural (CQE) no Instituto Superior Técnico e membro da International Association for Transport Properties (IATP), uma associação científica internacional.

Mário do Carmo [Vice-coordenador]

Licenciou-se em História (1984), concluiu o mestrado em História Regional e Local (1999) e doutorou-se em História Contemporânea (2006), pela Universidade de Lisboa-Faculdade de Letras. Foi assessor da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (1988-1998). Foi Diretor Adjunto do Estabelecimento Prisional de Tires (1997-1998) e do Hospital Prisional de Caxias (1999). Foi investigador sabático no INA (2000-2002) e atualmente é investigador no Centro de História da Universidade de Lisboa.

Foi coordenador/formador no INA nos cursos de Caça, Desenvolvimento Rural e Turismo da Natureza; Rede Natura 2000. Temas e Problemas do Século XXI. No âmbito das competências do Gabinete de Assuntos Europeus (INA) coordenou uma ação de formação aos técnicos do IFADAP-INGA sobre Políticas de Gestão de Caça (2004).

Foi assessor do Diretor-geral das Florestas (2006/2008). Foi assessor no Ministério da Justiça (2008/2009). Na atividade privada, em regime de acumulação de funções docentes, foi professor na Universidade Moderna (1990-2004) nos cursos de Organização e Gestão de Empresas, Investigação Social Aplicada e Psicopedagogia Curativa; na mesma universidade, coordenou a pós-graduação em Gestão da Caça e Turismo da Natureza (2003-2004).

É autor de diversos trabalhos/artigos científicos na área do mundo rural. Na Universidade Aberta, UALV, foi coordenador dos Cursos de Gestão da Caça e do Espaço Rural e das Doenças das Espécies Cinegéticas: Prevenção e Segurança Alimentar da Universidade Aberta (UAb).

Atualmente exerce funções na Secretaria Geral da Educação e Ciência, onde coordena projetos de investigação na área dos perfis de competências profissionais e do E-Learning; é formador e vice-coordenador da Pós-graduação em Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local.

José Fontes

Catedrático (2019) e doutor em Ciências Políticas (2004), mestre em Direito na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas (1998) e licenciado em Direito (1994). Professor Catedrático convidado na Academia Militar. Investigador científico integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas/ISCSP (Universidade Técnica de Lisboa). Investigador do Instituto do Oriente, do CINAMIL – Centro de Investigação da Academia Militar e do Observatório Político – Plataforma de Investigação em Estudos Políticos/FCSH (Universidade Nova de Lisboa). Eleito Académico Correspondente da Academia

Internacional da Cultura Portuguesa (2011). Diretor do Instituto de Segurança e Defesa. Exerceu as funções de secretário-geral do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Autor de vários livros e artigos designadamente sobre Ciência Política, Direito Constitucional, Administração Pública e Direito Administrativo.

Pedro Nunes

Professor Coordenador com Agregação da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Doutor em Gestão pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE-IUL, Lisboa (2003). Agregado em Ciências Empresariais, especialidade de Gestão, pela Faculdade de Ciências Económicas da UFP, Porto (2013). Mestre em Administração e Planeamento pela UPT – Porto (1995). Licenciatura em Gestão, opção Administração Pública e Autárquica e Curso Superior de Administração Autárquica (1993). Investigador Integrado no CEPESE (Centro Investigação de Economia e Sociedade) da Universidade do Porto e do Applied Management Research Unit (UNIAG). Cargos Exercidos: Presidente do Conselho Coordenador de Avaliação do Pessoal Docente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave; Presidente do Conselho Científico; Presidente do Conselho Pedagógico; Presidente da Comissão de elaboração do Relatório sobre a Implementação do Processo de Bolonha; Diretor da Revista Científica *Review of Applied Management Studies – Journal – Elsevier*; Membro do Conselho Científico; Membro do Conselho Pedagógico; Diretor do Departamento de Gestão; Coordenador do Grupo Disciplinar de Economia, Gestão e Administração Pública, Presidente da Comissão Especializada de Ciências Económicas e Empresariais do CCISP; Perito e Presidente de Comissões de Avaliação de Ciclos de Estudo (A3ES) desde Maio de 2011; Diretor do Mestrado em Gestão das Organizações; Diretor da Licenciatura em Gestão Pública; Membro de Conselho Científico de revistas científicas nacionais e internacionais; autor de publicações nacionais e internacionais; Membro de júri de dissertações e teses de mestrado e doutoramento; membro de júris de avaliação de capacidade pedagógica e científica de pessoal docente, de provas de especialista e de concursos de pessoal docente.

Vasco Leite

Licenciado em Economia (2003). Doutoramento em Economia, com especialização em Economia Regional, pela Universidade do Porto (2010). Atualmente exerce funções na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Região do Norte na Divisão de Desenvolvimento Regional, com competências na programação e avaliação dos Quadros

Comunitários de Apoio. É professor convidado do ensino universitário e politécnico desde 2010, sendo membro do editorial da revista científica *Geopolitics under Globalization*. Tem artigos publicados na revista *Portuguese Economic Journal* e na revista *Annals of Regional Science*, e em capítulos de livros académicos. Investigador em projetos de I&D financiados pela FCT na área das Economias da Aglomeração. Júri de dissertações e de teses de mestrado na Faculdade de Economia do Porto e membro permanente em grupos de acompanhamento relativos à avaliação de políticas no âmbito do Portugal 2020. Colabora ainda na elaboração das revistas trimestrais *Norte Conjuntura* e *Norte Estrutura*, editadas pela CCDR-N, as quais retratam a evolução da economia da Região do Norte no curto e no longo prazo.

Susana Silva

Professora convidada do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Doutoranda, concluída a parte curricular do programa doutoral em Contabilidade Pública, um programa conjunto da Universidade do Minho e da Universidade de Aveiro. Título de especialista, na área científica de Contabilidade Pública pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) em 2013. Título de especialista, com provas públicas, na área científica de Contabilidade Pública, com tese defendida em março de 2012, atribuído pelo Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Pós-Graduação sobre o “Novo Sistema de Normalização Contabilístico das Administrações Públicas (SNC-AP)” pelo Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Mestrado em Contabilidade e Auditoria, pela Universidade do Minho, concluído em 2007. Na atualidade Técnica Superior do Quadro dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho. De outubro de 2009 a dezembro de 2018 diretora de serviços do departamento administrativo de financeiro dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho. De janeiro a outubro de 2009, administradora do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA). Coautora do livro *POC-Educação - Explicado*, Edição Rei dos Livros, dep. Legal 165320/01, ISBN 972-51-0982-1, de 2002. Formadora em várias entidades públicas e privadas.

Cândida Machado

Professora Adjunta da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Doutora em Economia pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho (2010), Mestre em Economia Industrial e da Empresa pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho (2003) e Licenciada em Economia pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho (1999). Iniciou, em 1999, as suas funções

docentes na Escola Superior de Gestão do IPCA, estando afeta à área disciplinar de Economia. Cargos institucionais: Diretora do Departamento de Gestão (desde setembro de 2019), Subdiretora do curso de Licenciatura em Gestão de Empresas (desde fevereiro de 2019), Diretora da Escola Superior de Gestão do IPCA e Presidente do Conselho Pedagógico (de janeiro de 2019 a agosto de 2019), Membro do Conselho Geral do IPCA (desde dezembro de 2018), Diretora do Departamento de Gestão (de julho de 2018 a janeiro de 2019), Membro do Conselho Técnico-Científico (desde dezembro de 2016), Membro da Comissão Diretiva do Mestrado em Gestão das Organizações (2016-2019), Diretora do Curso de Licenciatura em Gestão de Empresas (2017-2018), Membro do Conselho Pedagógico (2015-2016), Coordenadora dos programas de mobilidade para a ESG (2015-2016), Membro do Conselho Técnico-Científico (2011-2012), Diretora do Curso de Licenciatura em Gestão Pública (2010-2012), Diretora do Curso de Licenciatura em Contabilidade Empresarial (2004-2006), Membro do Conselho Pedagógico (2004-2006), Membro do Conselho Científico (2003-2006). Membro de júri de dissertações de mestrado e doutoramento e de provas para obtenção do título de especialista.

Sandra Cunha

Professora Adjunta da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Doutora em Ciências da Administração pela Universidade do Minho, Mestre em Estudos Europeus pela Universidade do Minho e licenciada em Administração Pública pela Universidade do Minho. Membro da equipa de investigação do projeto TrivPlat aprovado e financiado pela FCT Ref.^a FCT 031171 (iniciado em 2018) e em parceria com a Universidade do Minho. Membro da equipa de investigação no âmbito do projeto sobre fraude fiscal (parceria entre o IPCA e o OBEGEF). Presidente da Comissão de Prevenção da Corrupção do IPCA; Subdiretora do Curso de Licenciatura em Gestão Pública do IPCA; Autora de publicações nacionais e internacionais; Membro da Comissão da “Portuguese Association of Information Systems Conference”. Membro do Grupo de Trabalho Plataforma de Avaliação do Ensino à Distância, designado pelo CCISP.

Isabel Ferreira

Professora Adjunta da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Professora Adjunta na Escola Superior de Gestão, do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, onde exerce funções desde 2001, lecionando na área da gestão e administração pública.

Doutor em Tecnologias e Sistemas de Informação, área de especialização governo

eletrónico, pela Universidade do Minho, em 2016, com tese intitulada: “Contratos Públicos Eletrónicos orientados ao Valor Público”. É Mestre em Gestão Pública, pela Universidade de Aveiro, com especialidade em “Qualidade Organizacional em Serviços Públicos”. Licenciada em Administração Pública, pela Universidade do Minho.

Colaboradora de investigação no grupo de Sistemas de Informação e Tecnologias para a Transformação de Organizações e Sociedade (ISTTOS), do Centro Algoritmi, da Universidade do Minho.

Membro fundador do AIS Student Chapter da Universidade do Minho. Membro do AIS Português e do AIS. Membro da organização de vários seminários académicos nacionais e conferências, revisor de várias conferências internacionais e revistas.

Tem artigos científicos e comunicações científicas, nacionais e internacionais, na área do governo eletrónico, valor público, compras públicas eletrónicas, metodologias e investigação qualitativa, metodologias ativas de ensino, aprendizagem e investigação.

Diretora da Licenciatura em Gestão Pública. Membro de júri de dissertações e teses de mestrado e outros processos concursais.

Membro do Projeto TrivPlat – ferramenta de monitorização, gestão e avaliação das plataformas de compras públicas. Projeto financiado pelo FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) – Projeto n.º 031171.

